Universidades Lusíada

Mendes, Pedro Emanuel

O nascimento das relações internacionais como ciência social : uma análise comparada do mundo Anglo-Americano e da Europa Continental

http://hdl.handle.net/11067/6685

Metadados

Data de Publicação 2019

Resumo Este artigo faz uma contextualização da invenção das Relações Internacionais (RI) no mundo Anglo-americano e na Europa Continental. Apresenta uma síntese historiográfica dos principais marcos institucionais e científicos dos casos americano, inglês, nórdico, francês e alemão. Começa por apresentar os principais contextos e marcos político-académicos do nascimento e formação da disciplina, com destaque para os EUA. Em segundo lugar, aborda as evoluções europeias da disciplina de RI, destacan...

Palavras Chave Relações Internacionais, Escola Americana, Escolas Europeias

Tipo article

Revisão de Pares yes

Coleções [ULP-FD] Artigos

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-10-12T06:11:44Z com informação proveniente do Repositório

Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais
e-ISSN 2238-6912 | ISSN 2238-6262| v.8, n.16, Jul./Dez. 2019 | p.21-53

O NASCIMENTO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS COMO CIÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE COMPARADA DO MUNDO ANGLO-AMERICANO E DA EUROPA CONTINENTAL

Pedro Emanuel Mendes[1]

Introdução

Este artigo desenvolve uma contextualização comparada do nascimento das Relações Internacionais (RI)[2] como disciplina autónoma no mundo Anglo-americano[3] e na Europa Continental[4]. Apresenta uma síntese historiográfica da origem das RI e um balanço dos principais marcos institucionais e científicos dos casos americano, inglês, nórdico, francês e alemão.

Embora atualmente esteja em voga a ideia de uma dicotomia simplista entre o pensamento ocidental e o pensamento não-ocidental - quer no mundo académico quer no mundo político - é importante demonstrar que não existe apenas um pensamento ocidental. Neste quadro, partindo de abordagens histórico-contextuais (Schmidt e Guilhot 2019) e cultural-institucionais (Jørgensen, Knudsen 2006,10), este artigo traça um quadro panorâmico da invenção da disciplina das RI, demonstrando a diversidade de percursos institucionais e de identidades teórico-metodológicas de várias comunidades académicas

---

1 IPRI-NOVA; Faculdade de Direito da Universidade Lusíada Porto, FDULN.

2 Como é tradicional utilizaremos Relações Internacionais (RI) em maiúsculas para nos referirmos à disciplina e relações internacionais (ri) em minúsculas para nos referirmos aos fenómenos empíricos.

3 O mundo anglo-americano não é apenas os EUA e o Reino Unido. Engloba também o Canada a Irlanda, a Austrália e a Nova Zelândia mas por razões de espaço não os incluímos.

4 As RI Continentais não se limitam aos casos apresentados. Por razões de espaço, não abordamos, por exemplo, a comunidade da Europa Central e de Leste, que integra a Central and East European International Studies Association (CEEISA), que patrocina uma revista relevante, o *Journal of International Relations and Development*, fundado em 1984 (37/85 JCR WOS).

ocidentais.

Devido à atual globalização e hibridização das RI existe uma explosão de narrativas e contra narrativas sobre quando, como e porquê se inventou a disciplina das RI (Smith 1995; Kahler 1997; Carvalho, Leira e Hobson 2011; Schmidt 2013; Buzan, Lawson 2014). Este debate tornou-se ainda mais complexo com a necessidade da disciplina discutir o pensamento não-ocidental e de tentar incluir outras tradições geoculturais no seu discurso teórico (Wæver, Tickner 2009; Acharya 2014). Depois, existe o eterno debate sobre o que são as RI e qual a sua relação (dependência, independência, interdependência) com a Ciência Política (CP) e a História. Esta discussão sobre a identidade e história das RI coloca pressões e angústias institucionais à solidificação da sua autonomia académica (Wæver 2013). No final do dia, estas discussões são um facto positivo, uma vez que demonstram a sua vitalidade e ajudam a desconstruir as limitações das visões canónicas dominantes, introduzindo novos e plurais debates na história dos "grandes debates" da disciplina. Todavia, não é possível discutir a identidade das RI sem termos um conhecimento consolidado sobre os seus principais marcos históricos e institucionais.

Ao desenvolvermos uma análise comparada sobre o nascimento da autonomia das RI pretendemos atingir dois objetivos. Por um lado, o artigo procura contribuir para o diálogo sobre a construção social das RI e da sua historiografia. Por outro lado, o artigo procura iluminar a relação entre contextos históricos e académicos. Nomeadamente, destacar os processos simultâneos de integração e diferenciação académica - teóricos e institucionais - das escolas do centro anglo-americano relativamente às escolas das semiperiferias europeias dos casos em análise. Embora as RI sejam uma disciplina marcadamente ocidental (Hobson 2012) é importante perceber que existem diferenças identitárias e culturais nas várias comunidades académicas que as compõem. Estas diferenças explicam-se em função da diversidade de contextos históricos e consequentes reflexos nos contextos académicos e científicos.

O artigo está organizado em três partes. Começa por apresentar os principais contextos e marcos político-académicos do nascimento e formação da disciplina, nomeadamente da importância da escola norte-americana na afirmação das RI como uma ciência social autónoma. Em segundo lugar, aborda as visões europeias sobre a disciplina das RI, destacando as suas escolas mais desenvolvidas: a escola inglesa e a escola nórdica. Finalmente, apresenta uma breve contextualização sobre a redescoberta e afirmação das RI na Europa Continental, sublinhado os principais marcos institucionais e científicos da escola francesa e alemã.

O principal argumento que apresenta é o de que para conseguirmos uma compreensão sofisticada sobre o nascimento e desenvolvimento das dis-

ciplinas académicas devemos desenvolver uma análise interligada entre os contextos histórico-políticos e os contextos académico-científicos. Consciente das limitações de um artigo para captar todas as dimensões presentes no nascimento das RI, este trabalho é mais um contributo para o estudo comparado da identidade da disciplina e, sobretudo, um convite para as gerações atuais e futuras assumirem a condição histórica das RI e poderem explorar mais e melhor a relação entre as ideias (das RI) e os contextos (das ri).

O centro do mundo anglo-americano e a invenção da disciplina: dialética entre a política das relações internacionais e a ciência das RI

As RI como disciplina científica autónoma surgiram no início do século XX, no Reino Unido e nos EUA. Apesar de em 1859 ter tido início a Chichele Chair of International Law and Diplomacy em Oxford, onde já se analisavam os fenómenos internacionais, é possível identificar o nascimento da disciplina nos primeiros anos do século XX. A publicação, em 1900, de *World Politics at the End of the Nineteenth Century* de Paul S. Reinsch terá sido o primeiro livro escrito na ótica de uma disciplina autónoma de RI (Olson e Groom 1991). Reinsch era professor de Ciência Política na Universidade de Wisconsin e começou a lecionar um curso intitulado "Contemporary International Politics" em 1906 (Schmidt 2008). Não existe unanimidade sobre a primeira revista académica de RI. Uns sublinham que foi a *International Conciliation*, fundada em 1910 e publicada pelo Carnegie Endowment for International Peace (Olson e Groom 1991, 47-48). Outros apontam que a primeira revista de RI foi o *Journal of Race Development* (1910), posteriormente designado de *Journal of International Relations* (1919), assumindo a sua forma final em 1922 como *Foreign Affairs* (Vitalis 2005).

De um ponto de vista institucional, embora a Associação Americana de Ciência Política (AACP) já existisse desde 1903[5], é em 1919 é que nasce a primeira cátedra em RI na Universidade de Gales em Aberystwyth. Paralelamente em Londres e Nova Iorque nascem o Royal Institue of International

5 O nascimento da AACP foi um marco importante para o nascimento das RI, podendo ser assumido como uma das suas principais origens (Schmidt 1998; Viatlis 2005). Em 1920 a AACP tinha já 1300 membros, em 1940 atingiu os 2800. Em resposta ao descontentamento da liderança da AACP e à necessidade de afirmação dos estudos internacionais, um grupo de académicos e praticantes internacionalistas funda a International Studies Association (ISA) em 1958. Originalmente a ISA foi uma associação regional que oscilou entre os 60 e as duas centenas de membros. Hoje, embora sediada nos EUA, é uma organização internacional com mais de 6000 membros, https://www.isanet.org/ISA/About-ISA/History

Affairs (Chatham House) e o Council of Foreign Relations. Fundados respectivamente em 1920 e 1921, estas instituições privadas tinham como objetivo promover o estudo científico das questões internacionais (Olson, Groom 1991; Schmidt 2013). Ainda hoje são dois dos mais influentes *Think Thanks* mundiais e os patrocinadores de duas importantes revistas académicas, a *International Affairs* e a *Foreign Affairs*[6]. Seguidamente, em Genebra (IHEI)[7] e Londres (LSE) surgem os primeiros centros de investigação e ensino de RI[8]. Todos estes primeiros centros de RI estão intimamente relacionados com os contextos histórico-políticos da época, nomeadamente com o ambiente grociano e liberal que incentivou a procura de soluções para a guerra. Por isso, muitos dos líderes académicos-institucionais deste período têm uma estreita ligação ao mundo político, como diplomatas, governantes ou conselheiros governamentais, ou, ainda, como líderes políticos de movimentos pacifistas.

Todavia, será nos EUA que se começa a solidificar o estudo das RI e a inventar uma nova disciplina das ciências sociais. Inicialmente nas Universidades de Chicago, South Califórnia (SIR), Columbia, Georgetown[9] e Wisconsin, às quais rapidamente se seguiram todas as grandes universidades americanas, com destaque para as Universidades de Harvard, Stanford, MIT, John Hopkins, Yale, Michigan e Princeton[10]. Foi na Universidade de Chicago que o Committee on International Relations iniciou os estudos de graduação em RI em 1928. A Universidade de Chicago foi uma escola pioneira no desenvolvimento da CP e das RI e foi nela que, a partir de 1943, Morgenthau (1948) escreveu as obras fundamentais do Realismo e tentou impor a sua visão contra a revolução behaviorista da CP norte-americana (Guillot, 2008;

---

6 Fundadas em 1922, são classificadas respectivamente em 8ffl lugar em 4ffl lugar no JCR da WOS . Embora sejam ambas *policy-oriented*, a *Foreign Affairs*, apesar do rigor científico e de um impacto e disseminação incomparáveis, não é uma revista com revisão por pares, ao contrário da *International Affairs*.

7 O Institut (universitaire) de hautes études internationales foi fundado em 1927 e foi a primeira escola exclusivamente dedicada ao estudo às RI, foi igualmente uma das primeiras escolas a oferecer um doutoramento em RI. http://graduateinstitute.ch/home/about-us/discover-the-institute.html

8 Em 1924 a LSE começa a ensinar RI, através da Sir Ernest Cassel Chair of International Relations regida por Philip Noel-Baker. Em 1927 é criado o atual departamento de RI que, em 1936, recebe a cátedra Montague Burton Professorship of International Relations, que tinha já sido criada, em 1930, em Oxford (Bauer e Brighi 2003).

9 A Edmund A. Walsh School of Foreign Service foi fundada em 1919, a primeira "policy school".

10 Esta é uma seleção com critérios de relevância histórica mas não é exaustiva. Existiram outras universidades que tiveram um papel importante no início do estudo das RI mas, por razões de espaço, não se incluem. Por exemplo, a Fletcher School of Law and Diplomacy da Tufts University é criada em 1933, sendo uma das escolas mais antigas a ensinar RI.

2017a). Chicago foi também a casa do liberal Quincy Wright, autor do estudo seminal *Study of War* (1942), bem como *The Study of International Relations* (1955), onde defende a autonomia das RI, mas também sublinha o seu carácter interdisciplinar, nomeadamente face à Geografia e à Psicologia.

Embora a disciplina tenha dados os primeiros passos nas primeiras décadas do século XX, é a partir da nova ordem internacional do pós-guerra que se assiste ao desenvolvimento simultâneo da hegemonia política e científica dos EUA. É nos EUA que as RI ganham os contornos de disciplina científica académica autónoma, ainda que assumida como parte integrante dos departamentos de CP e de Governo.

Ainda hoje é discutível a eterna questão sobre se as RI são uma disciplina autónoma, uma subdisciplina da CP, ou uma "inter-discipline" (Olson, Onuf 1985, 4). Este debate, ainda útil para estimular polémicas, tem vindo a tornar-se ultrapassado com a assumpção da autonomia das RI. Todavia, a progressiva autonomia da disciplina das RI não significa a negação da sua natural ligação à CP nem o seu caráter interdisciplinar. A problemática da especialização e da hibridização disciplinar é um fenómeno geral em todas as disciplinas na ciência contemporânea. Compreender isso é tão natural como compreender a existência de fronteiras disciplinares.

Devido ao excepcional ambiente político e intelectual norte-americano do pós-guerra, foi possível uma rápida consolidação teórica e institucional do ensino e investigação dos estudos políticos e de governo. Este contexto, aliado à necessidade dos EUA produzirem conhecimento útil para a definição da sua política externa, tornaram as RI um campo de estudo central. Como constatou Stanley Hoffman[11] (1977), na sua origem teórica e institucional as RI foram uma "ciência social americana". Foi aqui que as RI ganharam a sua maioridade e foram as universidades e revistas dos EUA os palcos principais por onde passaram os grandes debates que construíram a identidade da disciplina.

Isto não significa que não existiram importantes contributos europeus, sobretudo anglo-saxónicos e nórdicos ao longo dos seus grandes debates disciplinares: idealismo/realismo; tradicionalismo/cientismo; pluralismo-marxismo/neoliberalismo/neorrealismo; teorias dominantes/críticas/normativas-positivismo/pós-positivismo; racionalismo/construtivismo. Por exemplo, não é possível analisar a dissidência crítica e a ascensão do construtivismo e das abordagens sociológicas na viragem do século sem a participação das RI europeias. Contudo, numa perspetiva histórica as RI foram dominadas por académicos norte-americanos. Embora existam as exceções do RU e da Escola

11 Stanley Hoffman nasceu na Áustria e viveu e estudou em França (Science PO, Paris), cidadão francês e refugiado judeu, assumiu-se como académico importante das RI nos EUA em Harvard, onde fundou, em 1968, o Center for European Studies.

Inglesa, de Raymond Aron e de autores importantes canadianos, nórdicos e australianos, a regra foi que as RI foram uma disciplina norte-americana durante o século XX.

Por isso é unânime a constatação que a disciplina se desenvolveu com uma fratura académica entre o centro americano e todas as outras comunidades (Holsti 1985; Wever 1998; Friedrichs 2004; Wemheuer-Vogelaar et al 2016; Maliniak et al 2018). Esta divisão é por vezes assumida, subjetivamente, como negativa. Não é esse o nosso caso. Embora conscientes das limitações de todo e qualquer domínio hegemónico, em ciência, como na política, a hegemonia é uma condição assente em capacidades objetivas. Como é demonstrável, o domínio americano da produção científica em RI não é diferente do domínio americano da produção científica nas outras ciências sociais (Kristensen 2013). Embora seja possível constatar um relativo paroquialismo do domínio norte-americano nas RI (Biersteker 2009), não devemos superlativar os seus defeitos nem menorizar as suas qualidades. Sem o mundo científico norte-americano dificilmente existiria uma disciplina de RI. Contudo, neste processo, também não devemos menosprezar o papel intelectual dos académicos europeus emigrés. Muitos dos maiores talentos académicos dos anos formativos da disciplina, como John Herz, Karl Deutsh, Ernest Haas e Morgenthau, vieram da Europa continental para os EUA fugidos do Nazismo. Este ciclo migratório científico foi um dos principais elementos para a rápida afirmação do mundo académico e científico dos EUA, não só na CP/RI como em todas as outras disciplinas das ciências sociais e não sociais.

As consequências da II Guerra Mundial foram devastadoras também para a vida académica na Europa Continental, onde se perdeu mais de uma década. A maioria dos principais cientistas sociais do norte da Europa retomaram as suas carreiras nos EUA. Esta geração de exilados originou a criação de uma nova escola, a New School for Social Research, em Nova Iorque. Todas as grandes universidades americanas tinham pelo menos um professor europeu exilado nas suas faculdades de ciências sociais. Académicos incontornáveis como Paul Lazarsfeld, Kurt Lewin, Wolfgang Kholer, Hans Spier, Leo Lowenthal, Leo Strauss, Franz Neuman, Henry Ehrman, Otto Kirchheimer, Herbert Marcuse, entre outros, foram decisivos para a excelência académica dos EUA. Por outro lado, se é verdade que a CP moderna teve os seus avanços mais significativos nos EUA após a II Guerra Mundial, não podemos esquecer que os fundadores da CP americana - Woodrow Wilson, Frank Goodnows, Charles Merrian - obtiveram os seus graus ou estudos pós-graduados na Europa, principalmente na Alemanha (Almond 1998).

Isto significa que devemos matizar a ideia que as RI são apenas uma invenção americana. De um ponto de vista intelectual, as RI são tão ou mais

europeias do que americanas. O que aconteceu é que nos EUA existiram condições materiais, institucionais e ideacionais que permitiram um rápido desenvolvimento dos estudos políticos e em particular das RI. Como em outros domínios, os EUA representaram oportunidades inovadoras para o desenvolvimento de projetos académicos, sem as restrições corporativas e de financiamento existentes na Europa. Sobretudo nesta época, os EUA viveram um verdadeiro período iluminista que propiciou um desenvolvimento ímpar da Ciência Política e onde as ideias dos académicos europeus emigrés foram decisivas.

Embora já não de forma esmagadora, como aconteceu nos anos formativos da disciplina, é possível constatar a continuidade da hegemonia académica dos EUA. No quadro das escolas, revistas e académicos mais relevantes, ainda hoje as estrelas mais cintilantes são norte-americanas[12]. O que não significa que não existam estrelas tão ou mais cintilantes fora dos EUA, mas, em regra, para brilharem e atingirem o estrelato académico o caminho mais eficaz é o de pisarem os palcos norte-americanos.

Ainda que imperfeitos e discutíveis, os estudos sobre os rankings das RI dão-nos uma imagem clara desta hegemonia. Em regra, no Top 10 do primeiro ciclo estão: Harvard, Princeton, Stanford, Columbia, Georgetown, Yale, Chicago, Darmouth, George Washington e American. No segundo ciclo estão: Georgetown, Jonh Hospkins, Harvard, Princeton, Tuffs, Columbia, George Washington, American, LSE, Chicago. No terceiro ciclo estão: Harvard, Princeton, Stanford, Columbia, Yale, Chicago, UCSD, C. Berkley, Michigan, MIT. No top 10 das revistas temos, em regra, sete revistas americanas, duas inglesas e uma europeia, muitas vezes a par com as nórdicas. O que reflete bem a importância relativa das respetivas comunidades académicas. Todavia, a revista europeia *European Journal International of International Relations*[13] (1995) foi aquela que mais e melhor se afirmou em termos relativos. Outra revista recente que se destaca pela sua progressiva afirmação é a *Interntional Political Sociology* (2007), que foi um projeto que teve também uma importante contribuição europeia. Ainda outro exemplo que demonstra o desenvolvimento das RI na Europa é a afirmação do *Journal of International Relations and Development*, que passou de Q4 no SJR da Scopus em 1999 para o Q1 em 2017.

Apesar da sua variabilidade relativa, em regra, todos os estudos de-

12 Como no passado, atualmente, vários académicos importantes não são, originalmente, norte-americanos, mas as suas carreiras e obras fundamentais nasceram nos EUA, por isso são considerados académicos norte-americanos.

13 Esta revista foi originalmente patrocinada pelo Standing Group on International Relations (SGIR) do European Consortium for Political Research (ECPR). Atualmente existe um patrocínio conjunto do SGIR e da European International Studies Association.

monstram que, combinando o impacto de citação com o impacto reputacional[14], as revistas que sistematicamente ocupam os primeiros lugares são anglo-americanas e nórdicas (Breuning, Bredehoft e Walton 2005; Giles, Garand 2007; Maliniak et al 2012, 2014)[15]. Em primeiro temos as norte-americanas: *International Organization*; *International Security*; *World Politics; International Studies Quarterly*; as mais abrangentes *American Political Science Review* e *American Journal of Political Science*; e o *Journal of Conflit Resolution*. Seguidamente surge a europeia *European Journal of International Relations* e as inglesas *Review of Internacional Studies* e *Millennium*, às quais temos de acrescentar as nórdicas. Em rigor, as nórdicas *Journal of Peace Research*; *Cooperation and Conflict* e *Security Dialogue* estão muitas vezes acima das inglesas, e mesmo das norte-americanas ao nível do fator de impacto[16].

Se aumentarmos para um top 20 a diferença esbate-se. Se considerarmos a emergência pós-1990 e a afirmação de novas revistas, então, a Europa, juntamente com outros continentes, conseguem equilibrar e até ultrapassar os EUA. Isto confirma duas tendências. Primeiro, o domínio tradicional dos EUA. Segundo, a emergência global das RI, nomeadamente a sua crescente afirmação na Europa continental. Este fenómeno não se limita à Europa. Globalmente existe um movimento de solidificação institucional e científico do estudo das RI. Especialmente na América Latina[17], com destaque para o

---

14 O fator de impacto é relevante nas ciências exatas e naturais. Nas ciências sociais e humanas é mais discutível. A febre quantitativa das métricas, citações e rankings não reflete necessariamente a qualidade e inovação dos artigos publicados, tendo muitas vezes efeitos perversos. Todavia, eles são um elemento de análise útil. Um dos fatores reputacionais é a antiguidade da revistas. Em regra, as revistas de topo são anteriores a 1990. Exceções que confirmam a regra são, por exemplo, a International Studies Review (1994) ou a Security Studies (1991), ainda assim com antiguidade. Existiu uma explosão de revistas de RI no séc. XXI que refletem a difusão global da disciplina, bem como a industrialização do mercado da ciência.

15 De acordo com o TRIP (Maliniak et al 2012) as vinte revistas mais influentes são: 1.International Organization; 2.International Studies Quarterly; 3.International Security; 4.Foreign Affairs; 5.APSR; 6. World Politics; 7.European Journal of International Relations; 8.Journal of Conflict Resolution; 9.Foreign Policy; 10.Review of International Studies; 11.Millennium: Journal of International Studies;12.AJPS; 13.International Affairs; 14.Security Studies; 15.Review of International Political Economy; 16.Journal of Peace Research;17.International Studies Review; 18.International Relations; 19.Comparative Politics; 20.Global Governance.

16 Com base no JCR, International Relations, 2017 da Web of Science (WOS), Social Science Citations Index (SSCI) (http://mjl.clarivate.com/cgi-bin/jrnlst/jlsubcatg.cgi?PC=SS)

17 De acordo com o SJR da Scopus 2017 que integra 466 revistas de CP e RI (https://www.scimagojr.com/journalrank.php?area=3300&category=3320) podemos destacar a *Revista de Ciencia Politica* (166), da PUC, de Santiago do Chile, a *Política y Gobierno* (199) do CIDE, México (que integram o Social Sciences Citation Index (SSCI) e *JCR* da WOS) e a *Colombia Internacional* (256), da Universidade dos Andes.

Brasil[18], e na Ásia[19], onde o destaque vai para a Índia e China[20].

Embora os rankings, sejam sobretudos dados agregados quantitativos que não espelham com rigor a qualidade do ensino e investigação, nomeadamente face a escolas mais pequenas, eles servem como indicadores para o domínio anglo-americano da disciplina. Assim, em média, o mundo universitário anglo-americano representa 77% do Top 25, e deste os EUA representam 70%.

Tabela 1. Ranking de Universidades em CP/RI

Top 25, 2018 QS WUR[21]	Top 25, 2018, THE WUR[22]
1 Harvard	1 Oxford
2 Oxford	2 Harvard
3 Princeton	2 MIT
4 Sciences Po	4 Stanford

18 Em regra, as principais universidades brasileiras tem graduação e pós-graduação em RI. Existem cerca de treze revistas académicas de RI no Brasil. As revistas que integram o SJR da Scopus (2017) em CP/RI são: a *Austral* (266); a *Revista Brasileira de Política Internacional* (298) e a *Estudos Internacionais*. Contudo, a RBPI é a única que integra o SSCI e JCR da WOS e, de acordo com TRIP, a revista mais relevante para a comunidade brasileira de RI. Sem ser exaustivo, mas tentando ultrapassar as limitações (comerciais e quantitativas) da marketização dos rankings importa introduzir rigor qualitativo. Assim, associando o fator de impacto com o fator reputacional, é possível destacar, por exemplo, a *Contexto Internacional* da PUC-Rio e a *Brazilian Journal of International Relations* da UNESP, duas revistas não indexadas na Scopus, mas de duas importantes universidades. Depois, é necessário integrar outras revistas interdisciplinares que publicam artigos de RI. Algumas das mais relevantes são a *Revista de Sociologia e Política*; a *Opinião Pública*; a *Dados*; a *Lua Nova*; a *Brazilian Political Science Review*; ou a *Revista Brasileira de Ciência Política*. Sobre a comunidade brasileira de RI e a sua percepção relativizadora da hegemonia americana veja-se Villa e Pimenta (2017); sobre a produção de conceitos próprios veja-se Cervo (2008).

19 Algumas das mais relevantes revistas de RI na Índia são a Jadavpur Journal of International Relations; a India Quarterly e a International Studies.

20 A China exibe uma evolução extraordinária, com académicos chineses a publicarem em revistas de referência. A ascensão da China é central para as RI, uma vez que é o único ator, individualmente, capaz de mitigar hegemonia dos Estados Unidos. O seu grande marco institucional é a relevância da sua principal revista: o *Chinese Journal of International Politics*, que ocupa o 22 lugar no ranking do SSCI JCR da WOS, em RI (85 revistas).

21 QS World University rankings (Politics & International Studies) https://www.topuniversities.com/university-rankings/university-subject-rankings/2018/politics

22 Times Higher Education World University Rankings, 2018 (politics and international studies). <https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/2018/subject-ranking/socialsciences#!/page/0/length/25/subjects/3090/sort_by/rank/sort_order/asc/cols/stats>.

5 London School of Economics and Political Science (LSE)	5 Princeton
6 Cambridge	6 Cambridge
7 Yale	7 Chicago
8 Australian National University (ANU)	8 Yale
9 California, Berkeley	9 Michigan
10 Columbia	10 LSE
11 Georgetown	11 California, Berkeley
12 National University of Singapore (NUS)	12 Columbia
13 Chicago	13 Pennsylvania
14 Toronto	14.LSE
15 Tokyo	15 California, Los Angeles
16 Massachusetts Institute of Technology (MIT)	16 Cornell
17 Stanford	17 UCLondon
=18 Sydney	18 Wisconsin-Madison
=18 California, Los Angeles	19 New York
20 Freie Universitaet Berlin	20 Amsterdam
21 California, San Diego	21 NUS
22 Johns Hopkins	22 Peking
23 SOAS, London	23 ANU
=24 George Washington	23 ETH Zurich
=24 Hong Kong	25 Northwestern

Este domínio é ainda mais avassalador na opinião dos especialistas e académicos de RI, como se comprova a seguir. Claro que os inquéritos também são produto do mundo anglo-americano e muito provavelmente se fossem realizados e publicados por uma revista europeia os resultados seriam diferentes, mas não completamente

Tabela 2. Top 25 de programas de pós-graduação em RI

Mestrado para carreiras em políticas públicas[23]	Doutoramentos para carreiras académicas[24]
1.Georgetown	1.Harvard
2.Harvard	2.Princeton
3.Johns Hopkins	3.Stanford
4.Princeton	4.Columbia
5.Columbia	5.Chicago
6.Tufts	6.Yale
7.George Washington	7.California, San Diego
8.American	8.MIT
9.LSE	9. Michigan
10.Chicago	10.California, Berkeley
11.Stanford	11.Georgetown
12.Oxford	12 Oxford
13.Yale	13.Cornell
14.Denver	14.LSE
15.California, San Diego	15.Ohio State
16.Syracuse	16.Johns Hopkins
17.Cambridge	17.George Washington
18.MIT	18.Cambridge
18.Michigan	19.American
20.California, Berkeley	20.Duke
20.Pittsburgh	21.New York
22.New York	22.Tufts
22.Sciences Po	22.Minnesota
24.Duke	24. Wisconsin, Madison
25. SOAS	25.California, Los Angeles

23 "Top Master's Programs for Policy Career in International Relations" Disponível em https://foreignpolicy.com/2018/02/20/top-fifty-schools-international-relations-foreign-policy/. Acesso em 12 junho 2018.

24 "Ph.D. Programs for Academic Career in International Relations". Disponível em https://foreignpolicy.com/2018/02/20/top-fifty-schools-international-relations-foreign-policy/. Acesso em 13 junho 2018.

Tabela 3. Principais marcos institucionais e científicos dos EUA

Principais marcos institucionais	Revistas de RI, (Index JCR, WOS, 2017)
American Political Science Association 1903 1 Foreign Policy School, Georgetown 1919 Council of Foreign Relations 1921 1 Ciclo de estudos, Chicago 1928 International Studies Association 1958	American Political Science Review 1906 Foreign Affairs 1922 (4) International Organization 1947 (1) World Politics 1948 (6) American Journal of Political Science 1956 International Studies Quarterly 1957 (17) Journal of Conflit Resolution 1957 (5) Ethics & International Affairs 1958 (50) International Security 1976 (2) International Studies Review 1994 (28) International Studies Prescpectives 2000 (51) International Theory 2009 (26)

Fonte: Elaboração própria com base nos rankings citados.

As Relações Internacionais na Europa, o outro centro

O Reino Unido e a Escola Inglesa

O Reino Unido (RU) teve um papel marcante nos anos iniciais da institucionalização da disciplina. A par dos EUA, foi no RU que as RI mais e melhor se institucionalizaram. Nos EUA a regra foi a de as RI se especializarem como uma disciplina integrada na CP, com preocupações metodológicas neopositivistas e com uma forte influência racionalista e neoeconómica. No RU as RI foram-se desenvolvendo de uma forma relativamente mais autónoma. Embora com naturais ligações à CP, a influência mais distintiva das RI no RU é a sua maior preocupação interpretativa-historicista, o seu pluralismo metodológico e a sua particular ligação à História e à Teoria Política.

Em comparação com os EUA, a Escola Inglesa (EI) têm uma menor preocupação com a formalização de relações inferenciais e de construção de modelos neopositivistas de influência behaviorista e económica. A grande diferença entre as RI nos EUA e no RU pode sintetizar-se na existência dominante de uma abordagem tendencialmente dedutiva, nomológica e empiricista por parte da escola americana, em contraste com a existência de uma

abordagem mais interpretativa e crítica do empiricismo-positivista por parte da EI.

A seguir aos EUA, a escola inglesa, em sentido lato, é a maior rede de académicos de RI e tem uma importante influência no *mercado global das ideias* da disciplina. A maior prova desta influência foi a capacidade dos académicos ingleses transformarem a EI numa das teorias principais das RI. Esta capacidade teve o seu corolário no estabelecimento de uma secção sobre a EI na International Studies Association (ISA). Nas palavras dos seus promotores, o racional para este secção prende-se com a constatação que: "The English school is widely recognized as one of the main theoretical traditions in the study of IR. The North American component of the worldwide English school community is substantial, and section status within ISA would consolidate its place in the global network.[25]"

Na verdade, não podemos desligar o esforço dos promotores da EI da sua estratégia de afirmação instrumental para diminuir a hegemonia americana na disciplina. Por outro lado, e paralelamente, tem existido uma estratégia de tentar criar mais e melhores pontes entre a escola inglesa e as RI continentais para, precisamente, diminuir o desequilíbrio existente entre os dois lados do Atlântico. Como sempre, existem aspetos positivos e negativos nestas estratégias.

Por razões de espaço não desenvolveremos aprofundadamente a nossa posição de dúvida metódica sobre se a EI é uma teoria principal das RI, com um programa de investigação próprio e com um conjunto de axiomas paradigmáticos singulares e independentes. Podemos, contudo, lançar algumas interrogações clarificadoras da nossa posição. Será possível a EI ser uma teoria principal quando no seu seio é relativamente fácil identificar realistas, idealistas, neomarxistas, críticos, liberais e construtivistas? Pode a EI, de forma inequívoca, ser considerada um paradigma-teórico das RI, quando ela própria está embebida em paradigmas teóricos?

Contudo, isto não significa um *capitis diminutio* para os argumentos teóricos da EI (Mendes 2019). Bem pelo contrário. No momento em que se pretende abandonar as guerras paradigmáticas, se põem em causa o radicalismo dos ismos (Lake 2011) e se propõem um maior ecletismo teórico-paradigmático, a EI surge como um castelo-teórico refúgio ideal para fugir às batalhas paradigmáticas e praticar uma espécie de ecletismo teórico holístico.

Mas afinal o que é a EI? No seu sentido mais estrito, a EI diz respeito a um conjunto de teóricos e praticantes que fundaram o British Committee on the Theory of International Politics (BCTIP) em Janeiro de 1959 e que, pa-

25 Disponível em www.polis.leeds.ac.uk/assets/files/.../english-school/isasection.pdf

ralelamente, desenvolveram o seu trabalho pedagógico e científico em torno do Departamento de RI da London School of Economics and Political Science (LSE), da Chatham House, e da Universidade de Cambridge (Vigezzi 2005). Existem dois períodos essenciais da EI (Dunne 1998). O primeiro é o da sua criação e produção dos seus trabalhos clássicos (1950-1980) e onde predominam Charles Manning, Herbert Butterfield, Martin Wight, Hedley Bull, Adam Watson e RJ Vincent. O segundo, a partir da década de noventa, é o periodo pós-classico e os seus autores mais marcantes são Barry Buzan, Andrew Hurrell, Robert Jakcson, Edward Kenne, Andrew Linkater, Richard Little, James Mayall, Hidemi Suganami e Nicholas J. Wheller. Mais uma vez é claro que questões como: e EH Carr não faz parte da EI? E Linklater não é uma figura marcante das teorias críticas? E os clássicos Northedge e Evan Luard, ou o contemporâneo Steve Smith não fazem parte da EI? E os seus críticos (Roy Jones 1981) não fazem parte da EI?

Aparentemente não. Por isso podemos dizer que, na realidade, a EI em sentido estrito está ligada a um grupo de académicos que produziu trabalhos marcantes no seio do BCTIP e que se tornaram trabalhos incontornáveis de uma abordagem clássica, tradicional, interpretativa e normativa da teoria das RI. Embora se sobreponham, não devemos fundir a EI como abordagem teórica, de escola inglesa como o conjunto de académicos e suas instituições. Por exemplo, a British International Studies Association (BISA) nasce com outra lógica, em 1973, embora tenha igualmente sido um instrumento institucional de promoção da EI. A mais antiga associação britânica é a The Political Studies Association (PSA) que surge em 1959, no seguimento da IPSA e que, como esta, recebeu apoio inicial da AACP e da UNESCO.

A escola inglesa significa, por um lado, o *locus* de formação e de construção de uma cultura académica rica e peculiar, o Reino Unido, designadamente das melhores e mais antigas universidades a estudar os fenómenos políticos, com destaque para Oxford, Cambridge e a LSE. Por outro lado, a EI é uma abordagem teórica ao estudo das relações internacionais que, embora anglo-saxónica, é distinta da escola dominante norte-americana e, contudo, também diferente, porque mais sofisticada, das escolas europeias continentais que originalmente pensaram o Estado, o poder e as relações internacionais com base na *realpolitik* e na História diplomática tradicional.

Embora com origem em autores com uma significativa variedade epistemológica e metodológica entre si, a *maneira inglesa* de pensar e investigar as relações internacionais foi sobrevivendo aos seus fundadores e resistindo a americanização progressiva da disciplina. Recentemente temos assistido a um ressurgimento da sua importância e identidade teórica, a tal ponto que, no século XXI, não existe nenhum manual de Teorias das RI que não a iden-

tifique como uma das suas teorias principais.

Num esforço de síntese, podemos dizer que os conceitos fundamentais para a EI são a *Ordem*, a *Sociedade Internacional*, e a relação entre *normas e anarquia*. De um ponto de vista teórico-paradigmático, a EI dá particular ênfase à importância da *interpretação histórica* da evolução da sociedade internacional, à sua caracterização e construção *jurídico-normativa* e, finalmente, à interrogação *filosófica* sobre o equilíbrio entre poder nacional e ética cosmopolita nas relações internacionais (Linklater e Suganami 2006).

De um ponto de vista meta-teórico a EI ocupa um lugar que se pode situar num espaço intermediário entre uma posição racionalista-positivista e uma posição reflexivista-pós-positivista. Atualmente, importantes académicos ingleses sublinham a necessidade da EI desenvolver um esforço para estabelecer uma maior coerência teórica, sobretudo ao nível da sua epistemologia e ontologia (Buzan 2004, 2001). Se tal se vier a confirmar, a EI tem potencial para se firmar como uma teoria principal e uma verdadeira via média entre as teorias reflexivistas e racionalistas. Os principais argumentos que são apresentados para este potencial de afirmação teórica residem na importância dos conceitos centrais desenvolvidos pela EI.

Em primeiro lugar, a ideia apontada por Martin Wight (1991) relativa às três tradições teóricas sobre a interpretação das relações internacionais - realismo, racionalismo, revolucionarismo - permitem uma abordagem que engloba várias perspectivas sobre as relações internacionais, o que acentua o carácter holístico e integrador da EI. Em segundo lugar, apesar do debate entre as correntes *pluralista conservadora* e a *solidarista progressista* (Wheeler 1992), a assunção ontológica da existência de uma *Sociedade Internacional* - e da natureza neo-grociana das relações internacionais - foi, e permanece, uma das ideias mais interessantes e inovadores de pensar as relações internacionais. Depois, o seu carácter não positivista e contestatário da visão dominante racionalista/positivista americana sempre permitiu à EI desenvolver uma abordagem mais interpretativa e criar pontes de diálogo com as abordagens realistas clássicas, normativas, construtivistas e críticas.

Todavia, a grande contribuição da EI para o progresso da disciplina foi o desenvolvimento de uma visão teórica capaz de integrar a história e a filosofia numa *teoria política da sociedade internacional*. Esta originalidade levou Brown (2000) a recordar que se as Relações Internacionais são uma ciência social americana, então a *Teoria Política Internacional* é uma ciência social inglesa.

Tabela 4. Principais marcos institucionais e científicos do Reino Unido

Principais marcos institucionais	Revistas de RI (Index JCR, WOS, 2017)
1º Ciclo de estudos, Aberystwyth 1919, LSE 1924 Royal Institue of International 1920 British Committee on the Theory of International Politics 1959 The Political Studies Association 1959 British International Studies Association 1973	International Affairs 1922 (8) Political Studies 1953 (53) International Relations 1957 (43) International Politics 1964 (62) Millennium 1971 (33) Review of Internatinal Studies 1975 (20) Cambridge Review of International Affairs 1986 (68) British journal of Politics and IR 1999 (31)

Fonte: Elaboração própria com base nos rankings citados.

A escola Nórdica

Entre as várias tradições geoculturais das RI na Europa Continental existe uma que ganha destaque: a escola nórdica. Podemos dizer que a escola nórdica é a única que tem uma identidade reconhecida internacionalmente, mesmo pelo centro anglo-americano da disciplina. Esta característica não pode ser desligada do tempo e do modo como as RI foram instituídas na Escandinávia. Aqui a disciplina das RI, especialmente o campo da "peace research", estabeleceram-se mais cedo do que na maioria da restante Europa continental. Esta escola é constituída por uma rede de cooperação regional com centros importantes na Suécia, Dinamarca, Noruega e Finlândia. De um ponto de vista institucional, esta cooperação é liderada pela Nordic Political Science Association (NOPSA) e pela Nordic International Studies Association (NISA).

A origem da escola nórdica remonta a meados da década de cinquenta e o seu primeiro grande marco institucional foi o Peace Research Institute que nasce em Oslo em 1959 sobe liderança de Galtung. Na sua sequência, e com o seu patrocínio, surge o Journal of Peace Research em 1964. Outro relevante marco institucional situa-se em Copenhaga e está associado ao Copenhagen Peace Research Institute fundado em 1985 e integrado, a partir de 2003, no atual Danish Institute of International Studies. Foi aqui que se consolidou a Escola de Copenhaga sobre os estudos de segurança. Existem, ainda, vários outros centros relevantes das RI nórdicas de onde podemos destacar a Lund University, o ARENA (Center for European Studies da Universidade de Oslo), as Universidade de Copenhaga, Aarhus, Estocolmo e Helsinquia; o Norwegian Institute of International Affairs (NUPI), ou a Upsala University a que

está ligado Walter Carlsnaes, editor fundador do European Journal International Relatiosn (EJIR) e co-editor do SAGE Hanbook of International Relations.

A escola nórdica desde sempre teve ligações, diretas e indiretas, com a escola americana. O melhor exemplo são os irmãos K. Holsti e O. Holsti que são relevantes académicos anglo-americanos, embora de origem finlandesa. Depois da Americana (1903) e da Canadiana (1913), a associação de Ciência Política Finlandesa é a mais antiga (1936), e no início da institucionalização da CP na europa, os nórdicos estiveram sempre presentes, como se demonstra com o nascimento da Associação Internacional de Ciência Política (IPSA) em 1949 (Boncourt 2009).

Embora a singularidade nórdica possa, em alguns aspectos, dar sinais de erosão (Browning 2007), a escola nórdica das RI é um exemplo conseguido dessa singularidade. Esta escola é o resultado de uma interessante fusão entre o mundo anglo-saxónico e uma abordagem fenomenológica geocultural particular. A sua grande inovação distintiva face à escola americana foi a de relativizar o papel do poder material nas RI. Diferentemente da escola dominante neo-económica e racionalista do realismo estrutural, a escola nórdica não naturalizou a anarquia e as relações hierárquicas de poder material, e tentou uma análise mais sociológica das ri. A escola nórdica não se centrou apenas nos processos políticos das grandes potências na política internacional e deu relevância à política interna e aos atores sub-nacionais (Jönsson 1993). Com base nesta opção epistemológica e na sua identidade e cultura histórica, a escola nórdica desenvolveu uma sofisticada Análise da Política Externa (Weaver 1994; Carlsnaes 1993, 1994; Gustavsson 1999; Jørgensen 2015; Mellander, Mouritzen 2016). Neste quadro, a escola nórdica foi decisiva para o desenvolvimento de uma APE sobre a União Europeia (Larsen 2009; Jørgensen et. al. 2015).

Nos países nórdicos as RI sempre foram assumidas como uma disciplina importante e autónoma e com uma forte componente internacional. Por isso existem importantes centros universitários nos países nórdicos e são publicadas revistas que têm uma relevante circulação internacional. A escola nórdica é um bom exemplo de como, através da cooperação regional, se pode de forma simultânea e interligada desenvolver nacional e internacionalmente uma identidade teórica e institucional com impacto global na disciplina das RI. Deste modo, o sucesso do modelo de cooperação multinível nórdico (nacional, regional, europeia e transatlântica) pode ser um modelo a seguir para todas as comunidades semiperiféricas de RI (Friedrichs 2006; 2004). Finalmente, convém recordar que foram os nórdicos os primeiros a sublinhar a necessidade de desenvolver uma eurodisciplina das RI (Apunen 1993).

Tabela 5. Principais marcos institucionais e científicos da escola Nórdica

Principais marcos institucionais	Revistas RI, (Index JCR, WOS, 2017)
Peace Research Institute Oslo (PRIO) 1959 Norwegian Institute of International Affairs (NUPI) 1959 Nordic Political Science Association 1975 Copenhagen Peace Research Institute 1985 Danish Institute of International Studies, 2003 Nordic International Studies Association 1991	Journal of Peace Research 1964 (15) Cooperation and Conflict 1965 (14) Scandinavian Political Studies 1966 Security Dialogue 1970 (9) Internasjonal Politikk (85)

Fonte: Elaboração própria com base nos rankings citados.

Da periferia dos anos formativos das RI à redescoberta e afirmação das RI continentais: os casos da França e Alemanha

A escola Francesa

Na Europa continental sempre existiram importantes centros académicos e de pensamento político que não deixaram de estudar as relações internacionais. Todavia, as abordagens continentais às relações internacionais sempre se fizeram por intermédio de outras disciplinas, nomeadamente a História, o Direito Internacional ou a Sociologia, sem uma grande preocupação com a sua autonomia, pois as RI eram assumidas como uma campo de estudo multidisciplinar não autónomo. As relações internacionais eram um objeto de estudo e não uma metodologia ontológica e disciplinar particular[26].

Na França, é possível identificar o início da institucionalização das Sciences Politiques no ano de 1871, com a criação da École Libre des Sciences Politiques. Na Bélgica é no ano de 1892 que se funda a École des Sciences Politiques et Sociales na Universidade Católica de Louvain (Giesen 2006). O primeiro centro científico a nascer na França é o Centre d'études de politique étrangère (CEPE), que é criado em 1935, à imagem do Royal Institute of International Affairs de Londres com o qual estabelece relações. Nesta fase, aliás, existe uma cooperação entre estas organizações e o Instituto de Cooperação Intelectual da SDN (Guillot 2017b). O que novamente comprova que a disciplina das RI, como a ordem internacional, tem uma história pré e pós-1945. No período inicial, liberal, a disciplina não estava institucionalizada e na

26 Esta visão foi marcante no nascimento das RI em Portugal e ainda hoje perduram influências continentais francesas na compreensão sobre o que são as RI. Mesmo na atualidade, tanto em França como em outras comunidades não teóricas, por vezes as relações internacionais tendem a confundir-secom o jornalismo internacional, isto é, com a simples descrição empírica de factos (Mendes 2012, 2014).

Europa discutia-se as formas e meios sobre como estudar as relações internacionais (Zimerman 1939). Após 1945, a Europa e a França estão dilaceradas e vão deixar de liderar a institucionalização política e científica da nova ordem internacional.

A profissionalização do estudo da CP na França surge já na nova ordem liderada pelos EUA. A AACP vai estimular o nascimento de associações europeias nacionais e o nascimento da International Political Science Association (IPSA). A IPSA foi fundada em Paris em 1949 e contou com a participação de Raymon Aron. A Associação Francesa de Ciência Política nasce também em 1949.

Apesar da "french connection" aos realistas americanos e à fundação Rockefeller (Guilhot 2017b), as RI começaram a desenvolver-se nos EUA com um ritmo e percurso diferente face ao que acontecia na França. Isto originou que, 11 anos antes de Stanley Hofman, um francês lança-se a interrogação: "L' étude des relations internacionales, specialité américaine?" (Grosser 1956).

Assim, ao contrário do mundo anglo-americano, as primeiras obras relevantes das RI francesas aparecem só na década de sessenta, nomeadamente *Paix et Guerre* (1962) de Aron e *Introduction à l'Histoire des Relations Internationales* (1964) de Renouvin e Duroselle.

Contudo, podemos dizer que sempre existiu uma escola francesa de RI, com particular destaque para a sua escola histórica liderada por Renouvin e Duroselle. Esta escola conjuga a influência comparativa-conceptual *longue durée* da École des Annales com a tradição *evenentiale* da história diplomática. Aqui, a obra de Braudel, nomeadamente os seus quatro eixos principais de investigação das *estruturas históricas* - tempo, espaço, ordens sociais e hierarquia - originou um trabalho pioneiro sobre a compreensão das civilizações e evolução histórica das sociedades e do capitalismo rumo à globalização económica. Esta abordagem foi marcante na escola francesa das ciências humanas e sociais, à qual também as RI francesas não ficaram imunes. As famosas "forças profundas" (Renouvin & Duroselle 1991) e a tentativa de construir uma teoria das RI com base na história (Duroselle 1992; 1952) são um dos melhores exemplos desta influência.

Posteriormente foi surgindo uma abordagem mais sociológica que defendia a ultrapassagem da visão empírica e a necessidade de uma perspetiva teórica-problemática (Merle 1982, 1986). Esta perspectiva defendia a possibilidade de conciliar os conceitos da escola americana com os desenvolvimentos da sociologia política francesa. Embora sempre com resistências e especificidades *enciclopédicas*, a escola sociológica francesa foi-se afirmando até aos dias de hoje (Smouths 1987, Badie e Smouths 1992).

Para além da França existe uma comunidade académica de língua francesa - a começar pela Suíça, passando pela Bélgica e chegando ao Quebec[27] - que se dedicaram às RI. Seguindo a tradição francesa, em regra, abordam as ri numa perspetiva dos estudos internacionais e de interligação multidisciplinar com as Sciences Politiques tradicionais (História, Sociologia, Filosofia, Direito Internacional, Economia) (Chillaud 2009). Isto sempre significou uma subalternização das RI face às tradicionais e dominantes ciências sociais no mundo universitário francês, colocando obstáculos corporativo-institucionais à sua autodeterminação académica. Estas caraterísticas francesas estão igualmente presentes na fundação da disciplina em Portugal (Mendes 2014).

Por outro lado, a questão da língua teve importância no domínio anglo-americano na disciplina. Apesar das boas relações transatlânticas entre as elites intelectuais da disciplina, nos anos iniciais a generalidade da comunidade académica norte americana -sobretudo alunos- liam pouco francês e os franceses, por sua vez, também liam pouco inglês. Isto ajudou ao não desenvolvimento das RI francesas e à hegemonia da língua inglesa. Com a exceção de Aron, que foi traduzido para o inglês, a comunidade francófona nunca foi reconhecida como fazendo parte da comunidade académica das RI pelo mundo anglo-saxónico. Isto demonstra igualmente que muitas vezes trabalhos importantes e teoricamente relevantes para o progresso das RI são pura e simplesmente *lost without translation*.

A França ainda hoje não tem uma revista no index do JCR WOS de RI. No index para CP, não surge a revista patrocinada pela AFCP, a Revue Francaise de Science Politique, mas sim a mais antiga e interdisciplinar Revue d'Économie Politique (1887), refletindo, aliás, a tradição histórica da Economia Política como percursora da Ciência Política[28].

Outra característica das RI francesas é a sua macrocefalia parisiense, refletindo a realidade sociológica e política francesa. Todos os principais centros de estudo em RI estão concentrados em Paris. Aqui podemos destacar o Centre d'études des relations internationales (CERI), fundado em 1952, nas Sciences Po, pelo historiador Jean-Baptiste Duroselle. Nunca alterando a sua sigla, em 1976 passou a ser Centre d'études et de recherches internationales e em 2015 passa ao atual Centre de recherches internationales.

---

27 Desde 1970 que a Universidade de Laval edita a revista *Études Internationales*, uma publicação importante no mundo francófono.

28 As principais revistas francesas de RI são a *Critique Internationale*, a *Cultures & Conflits*, a *Politique Étrangère*, a *Revue Francaise de Science Politique*, a *Relations Internationales* e a *Revue Internationale et Stratégiques*, entre outras. Em França existe uma indexação francesa que é composta por 91 revistas de "Sciences Politiques" https://www.cairn.info/listerev.php?editeur=&discipline=10

Na Universidade de Paris I (Panthéon-Sorbonne), o departamento de estudos políticos foi fundado em 1969, e incluía Maurice Duverger, Madeleine Grawitz, Léo Hamon e Marcel Merle. A partir de 1977, surge uma especialização de RI no mestrado de Science Politique. Em 1979 é criado o Institut français des relations internationales (IFRI), que passou, então, a editar a revista francesa mais antiga de RI, fundada em 1936 no seio do CEPE, a *Politique Étrangère*. Esta revista é um exemplo perfeito do inicial paroquialismo das RI francesas. Embora seja uma revista antiga e com qualidade ela é essencialmente a-teórica e assente em objetivos empírico-descritivos, não tendo circulação internacional fora do mundo francófono.

Com efeito, as RI francesas não participaram nos principais debates que inventaram e construíram socialmente a disciplina das RI (Friedrichs 2001). Contudo, na transição do século as RI francesas acompanharam o movimento global da afirmação das RI. Simultaneamente, a disciplina das RI redescobriu a importância da sociologia francesa (Jackson 2008; Bigo 2011; Adler-Nissen 2012) e vários autores franceses passaram a ser reconhecidos globalmente. O maior exemplo é o de Bertrand Badie. Várias das suas últimas obras foram traduzidas e é o único francês a ter direito a uma Theory Talk[29]. Existem ainda outros académicos de origem francesa que têm conseguido deixar a sua marca nas RI atuais, com destaque para Didier Bigo, cofundador e editor da *International Political Sociology*, para Vincent Pouliot (2008) e Nicolas Guillot. Estes autores são exemplos de integração teórica no mundo anglo-americano da disciplina. Isto significa que existe uma tendência para a emergência de alguns autores franceses e consequente internacionalização no centro. Todavia, em regra, continua a existir na França uma visão emancipatória das RI francesas face ao domínio norte-americano. Esta visão, aliás, parece ganhar força com a tentativa dos franceses se aliarem ao atual movimento global e contra-hegemónico das RI periféricas (Balzacq, Cornut, e Ramel 2017).

O caso da Alemanha

Devido às circunstâncias históricas que levaram a instabilidade e surgimento do Nazismo na Alemanha, nos anos fundacionais e formativos da disciplina (1919-1980) o importante mundo académico germânico não assumiu nenhum particular destaque. Como bem capturou Czempiel, um dos decanos das RI alemãs, a disciplina na Alemanha era, em geral, subdesenvol-

29 Disponível em http://www.theory-talks.org/2017/07/theory-talk-74.html. Acesso em 8 de Março de 2018. Bem como um capítulo em Neumann e Waever (2005).

vida, pois não estava em linha com os debates teóricos e os respetivos padrões de referência científica da disciplina ao nível internacional - leia-se mundo anglo-saxónico (Humrich 2006).

Contudo, existem autores alemães que sublinham o papel da Alemanha na origem das RI Continentais. Aqui, são apontados vários marcos históricos que podem ser interpretados como fontes inspiradoras do nascimento da disciplina na Europa, por exemplo: a Sociedade Alemã para a Paz (1892), o Instituto Colonial de Hamburgo (1908) ou o Institut fur Auswartige Politik em Hamburgo (1923) (Humrich 2006). Em rigor, excetuando a experiência britânica já mencionada, podemos considerar que o marco fundacional da disciplina na sua visão europeia continental aconteceu em 1939 em Praga. Aqui realizou-se uma conferência internacional patrocinada pela Sociedade das Nações (SDN) onde se tentou discutir os princípios de uma disciplina das RI (Jørgensen, Knudsen 2006, 1). Todavia, como a SDN, esta conferência não teve os resultados esperados e os seus objetivos foram deitados por terra com o deflagrar da Segunda Guerra Mundial.

Embora, a Deutsche Vereinigung für Politikwissenschaft (DVPW), Associação Alemã de Ciência Política, tenha sido fundada em 1951, e tenha tido uma importante relação com a IPSA, as RI não eram uma das suas prioridades. Esta circunstância também é relacionável com o difícil papel da Alemanha na nova ordem internacional, dividida, dependente e limitada pelo *Westbindung* e a doutrina *Halstein*. Após a *Ostpolitik* e o inicio da détente, a Alemanha ganhou uma maior autonomia na sua política externa que também se refletiu na necessidade de desenvolver as suas RI.

Deste modo, podemos situar o início da institucionalização das RI alemãs a partir de meados da década de sessenta. Todavia, o surgimento afirmativo da disciplina dá-se na década de noventa, nomeadamente com a fundação, em 1994, do *Zeitschrift für Internationale Beziehungen* (ZIB) (Jornal de Relações Internacionais). O ZIB patrocinou importantes debates sobre o que eram e o que deveriam ser as RI alemãs. Por exemplo, os debates em torno da sua ligação à escola de Frankfurt e à influência de Habermas; da sua relação com o institucionalismo racionalista, bem como com o construtivismo. Destes debates resultaram importantes sínteses pós-críticas, institucionalistas e construtivistas na produção científica das RI alemãs (Jørgensen & Knudsen 2006).

Todavia, o grande debate nas RI alemãs foi relativo a capacidade de teorização em RI ser dependente ou independente do centro anglo-americano. Foi aqui que se iniciou a discussão sobre a teorização "home-grown" versus a teorização importada. Foi no ZIB que Günther Hellmann e Michael Zürn debateram o deficit teórico das RI alemãs e a sua dependência teórica

relativamente aos EUA (Hellmann 1994; Zürn 1994). Todos concordavam no diagnóstico sobre a necessidade das RI alemãs se solidificarem e ultrapassarem o seu subdesenvolvimento teórico. A questão fundamental era: como o ultrapassar?

Helman defendia que os RI alemãs deveriam seguir a liderança teórica dos EUA e desenvolver estratégias de integração das RI alemãs nos debates e fóruns académicos norte-americanos. Diferentemente, Zurn defendeu uma estratégia de resiliência das RI alemãs, uma terceira via entre a americanização e o paroquialismo alemão. Zurn avançou com uma interessante metáfora para explicar a relação entre o centro americano e a semiperiferia alemã das RI. Na sua ótica, o coelho alemão gostaria de correr, mas não o faz porque fica hipnotizado pela serpente americana (Zurn 1944, 110-111). O que Zurn argumenta é que as RI alemãs em vez de se desenvolverem com uma agenda e teorias próprias, corriam o risco de, através de um fascínio paralisante, viverem reactivamente dependentes das agendas da investigação americana.

Com o fim da Guerra Fria e a reunificação, a Alemanha passou a ser um importante e atrativo centro de estudo das RI, com as suas tradicionais universidades a não serem imunes à globalização da importância da disciplina e a desempenharem um importante papel na redescoberta continental das Relações Internacionais.

Não é possível perceber a (re)invenção construtivista da disciplina na viragem do século sem a contribuição de autores alemães (Mendes 2012). Autores importantes de origem alemã como, por exemplo, Thomas Risse, Thomas Diez, Mathias Albert, Rittenberg, ou Michael Zurn têm marcado a agenda teórica das RI contemporâneas e contribuído para a erosão da hegemónica divisão transatlântica da disciplina, nomeadamente com uma forte participação no EJIR, o melhor e mais paradigmático marco da afirmação europeia da disciplina.

De um ponto de vista institucional, atualmente existe uma importante comunidade alemã de RI. A maioria das universidades alemãs oferece ciclos de estudo de RI. Embora seja possível identificar uma particular propensão teórico-filosófica nos autores germânicos, ainda não existe uma identidade alemã das RI, como no Direito ou na Filosofia. Diferentemente do caso nórdico, também não existe uma revista de relevante circulação internacional alemã[30]. Todavia, a estratégia alemã parece ter seguido um modelo de solidificação de fora para dentro, através da internacionalização. Os académicos

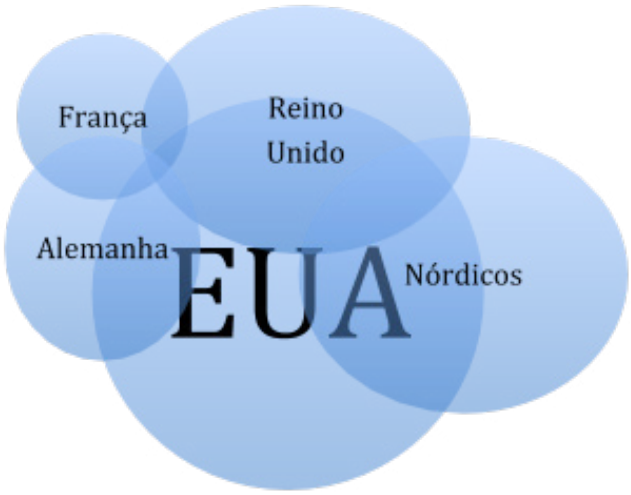
30 O ZIB continua a publicar em alemão. Em inglês existe a *German Políticas*, que é interdisciplinar. Existem, contudo, importantes revistas de estudos de área, nomeadamente asiáticas (por exemplo: Journal of Current Chinese Affairs e Journal of Current Southeast Asian Affairs) e africanas (por exemplo: Afrika Spectrum).

alemães mimetizam duas tendências da disciplina do centro americano: por um lado a ascensão do paradigma construtivista e, por outro, a investigação empírica não paradigmática (Wemheuer-Vogelaar, Risse, Thomas 2018).

As RI alemãs afirmam-se e constituem uma das mais valias da disciplina quer ao nível europeu, quer ao nível global, leia-se anglo-americano. Os seus académicos integraram-se nos principais circuitos anglo-americanos e europeus das RI e estão presentes nas principais revistas da disciplina, como autores e editores. Isto significa que as RI alemãs não se solidificaram apenas através de uma germanização, como defendeu Zurn, mas antes através de um processo simultâneo de internacionalização europeia e americana.

Exemplos desta integração são as contribuições de Helman e Zurn para o discurso teórico da disciplina. Quer através da possibilidade de diálogos e sínteses teóricas (Helman 2003); da assunção da importância do pragmatismo para o progresso das RI (Helman 2009); ou através de uma sistematização metodológica transnacional (Helman 2014). Outra marca importante das RI alemãs é a sua sofisticada cultura sociológica. Esta cultura têm contribuído decisivamente para uma maior preocupação sociológica no estudo das RI (Albert, Buzan e Zürn 2013).

Figura 1. Relação de integração teórica e institucional entre as várias



comunidades académicas e o centro anglo-americano
Fonte: Elaboração própria.

Tabela 6. Caracterização da diferenciação versus integração teórica face ao centro anglo-americano (0-5)[31]

Internacionalização	Diferenciação teórica	Integração teórica
RI Inglesas 5	RI Inglesas 3	RI Inglesas 5
RI Nórdicas 5	RI Nórdicas 3	RI Nórdicas 5
RI Francesas 2	RI Francesas 4	RI Francesas 2
RI Alemãs 4	RI Alemãs 2	RI Alemãs 4

Fonte: Elaboração própria.

Conclusão

As RI foram uma disciplina inventada e dominada pelo mundo anglo-americano, especialmente pela escola americana. Embora as suas raízes intelectuais sejam europeias, as RI autonomizaram-se no mundo anglo-americano por razões históricas, ideológicas e institucionais. Enquanto a Europa viveu a destruição da guerra, nos EUA existiram condições materiais e ideacionais que proporcionaram a consolidação do estudo da Ciência Política e das *policy sciences*. Depois, a liderança dos EUA na construção da nova ordem liberal pós-guerra impulsionou a necessidade de conhecimento útil sobre a política internacional (Mendes 2020).

Interligadamente, as ideias e princípios liberais progressistas foram particularmente influentes no novo mundo americano, nomeadamente a ideia que para cada *problema* existe sempre uma *solução*. Este racionalismo, possibilista e progressista, originou o desenvolvimento institucional de departamentos e escolas universitárias de estudos políticos e de relações internacionais. Na sua origem, a Ciência Política é nacional e estuda políticas públicas nacionais. Precisamente, quando os EUA se tornam líderes internacionais, por obrigação política e necessidade científica, transformam o estudo da política internacional numa política pública de interesse nacional.

Para além dos EUA, existem duas escolas consolidadas de RI, com identidades epistemológicas particulares e com uma interessante capacidade teórica de pensar fora da caixa norte-americana: a Inglesa e a Nórdica. Ambas se desenvolveram com fortes relações com o centro mas, simultaneamente, tiveram a capacidade de desenvolver um discurso teórico próprio. O Reino Unido deu origem à Escola Inglesa e à Teoria Política Internacional. A Escola Nórdica aos "estudos da paz" e a uma visão mais sociológica e menos neo-eco-

31 0 inexistente; 1 muito fraca; 2 fraca; 3 razoável; 4 grande; 5 muito grande.

nómica da APE.

Relativamente às Escolas Europeias Continentais analisadas, importa sublinhar os diferentes percursos institucionais e teóricos da França e da Alemanha face ao centro anglo-americano. As RI na França nasceram com a marca da sua escola histórica e posteriormente desenvolveram uma abordagem mais sociológica. Todavia, não estabeleceram relações de *integração teórica* com o centro anglo-americano. As RI na França foram um subcampo da História e da Ciência Política, com preocupações empíricas, orientada para as políticas públicas e com poucas preocupações teóricas. As RI francesas adotaram uma estratégia de resiliência e autonomia face aos modelos teóricos e institucionais da construção da disciplina no mundo anglo-americano. Na França as RI desenvolveram uma visão relativamente paralela e exclusivamente francófona. Esta visão paroquial durou até ao século XXI. Embora a França tenha acompanhado a difusão global dos estudos internacionais, isto não apagou a cultura histórica, enciclopédica, sociológica e intelectual da visão francesa do estudo das RI.

Ao contrário da França, a Alemanha não desenvolveu uma atitude resiliente e paroquial da sua comunidade de RI face ao centro anglo-americano. Paradoxalmente, nos anos inicias da invenção da disciplina, as RI francesas tinham maior tradição disciplinar do que na Alemanha. Em termos comparativos, esta relativa superioridade institucional e autonómica francesa manteve-se no pós-guerra até ao final da década de oitenta. Esta situação começou a inverter-se na década de noventa. A partir daqui, as RI alemãs deram um grande salto, qualitativo e quantitativo, passando a afirmarem-se como um das comunidades mais fortes da Europa Continental e a participarem nas agendas e discussões teóricas do centro anglo-americano da disciplina. Esta evolução deu-se através de um processo simultâneo de europeização e de americanização das RI alemãs.

Este artigo demonstra cinco evidências no desenvolvimento da disciplina. Primeiro, as RI têm um forte relação com as relações internacionais. A disciplina nasce como resultado de impactos histórico-políticos e tem uma génese profundamente prática e de ligação ao mundo da decisão pública. As RI resultam da necessidade de produção de conhecimento útil para a decisão política, nomeadamente para a política externa dos Estados e para a construção e organização da arquitetura da ordem internacional.

Segundo, as RI desenvolvem-se com mais facilidade em regimes democráticos e com uma importante inserção internacional, nomeadamente com políticas externas ativas extrarregionais e com tradições hegemónicas ou imperiais, como é sublinhado pela "Lei Pasquino-Hoffmann" (Friedrichs 2001).

Terceiro, as comunidades académicas mais solidificadas demonstram uma relação de proximidade com os debates e agendas do centro mas, simultaneamente, assumem uma diferenciação teórico-identitária.

Quarto, apesar da diversidade geo-cultural e da crescente afirmação global da disciplina, o mundo anglo-americano, especialmente os EUA, continuam a dominar a disciplina, quer quantitativamente, quer qualitativamente.

Quinto, apesar da continuidade deste domínio, a Europa tem se afirmado como a segunda mais importante comunidade científica das RI. A distância quantitativa, e sobretudo qualitativa, face aos EUA diminuiu drasticamente. Isto aconteceu fruto de estratégias de modernização e solidificação das escolas nacionais europeias e da sua europeização. Esta europeização da disciplina resultou da crescente colaboração regional entre as principais instituições académicas e profissionais, com destaque para o papel do ECPR e da revista EJIR. Esta europeização da disciplina culminou com a criação da European International Studies Association (EISA) em 2014.

Em sexto, e último lugar, o fim da Guerra Fria no mundo político e o fim das guerras paradigmáticas no mundo académico influenciaram a solidificação e disseminação global da disciplina. A aceleração da globalização motivou um renovado interesse pelos estudos internacionais. As RI deixaram de ser percepcionadas apenas como uma especialização da Ciência Política norte-americana.

REFERÊNCIAS

Acharya, Amitav. 2014. "Global International Relations (IR) and Regional Worlds: A New Agenda for International Studies." *International Studies Quarterly* 58, (4): 647-659.

Adler-Nissen, R. ed. 2012. B*ourdieu in international relations: Rethinking key concepts*. London: Routledge.

Albert, M. e Buzan, B. e Zürn, M. eds. 2013. *Bringing Sociology to International Relations: World Politics as Differentiation Theory*. Cambridge: Cambridge University Press.

Almond, Gabriel A. 1998. "Political Science: The History of the Discipline." In *The New Handbook of Political Science*, edited by Goodwin, R. E.; Klingemann, H., 50-96. Oxford/ NY: Oxford University Press.

Apunen, O. 1993. " 'Eurodiscipline' wanted? International Relations as a research orientation and academic discipline in Europe." In *International Relations and Pan-Europe: Theoretical Approaches and Empirical Findings*, edited by F.R. Pfetsch, 1-17. Hamburg: Lit Verlag

Badie, Bertrand e Marie-Claude Smouts. 1992. *Le Retournement du Monde: Sociologie de la scène internationale*. Paris: Presses de la Fondation Nationale de Sciences Politiques and Dalloz.

Balzacq, T., Cornut, J. e Ramel, F. 2017. "Les Global International Relations comme alternative à la discipline hégémonique. Le cas des Relations internationales en France. *Critique international*." 74(1):69-93.

Bauer, H. e Brighi, E. ed. 2003. International relations at LSE: A history of 75 years. London: Millennium Publishing Group,

Biersteker, Thomas J. 2009. "The Parochialism of Hegemony: Challenges for "American" International Relations." In *International Relations Scholarship around the World*, edited by Arlene B. Tickner e Ole Wæver. New York: Routledge.

Bigo, D. 2011. "Pierre Bourdieu and international relations: Power of practices, practices of power." *International Political Sociology* 5 (3): 225–258.

Boncourt, Thibaud. 2009. *A History of the International Political Science Association 1949-2009*. Montreal: The International Political Science Association,

Breuning, M., Bredehoft, J., Walton, E. 2005. "Promise and Performance: An Evaluation of Journals in International Relation." *International Studies Perspectives* 6 (4): 447–461.

Brown, C. 2000. "International political theory: a British social science?" *British Journal of Politics and International Relations* 2 (1):114-123,

Browning, C. S. 2007. "Branding Nordicity: Models, Identity and the Decline of Exceptionalism." *Cooperation and Conflict* 42 (1): 27–51.

Buzan, B. 2001. "The English School: An Underexploited Resource in IR." *Review of International Studies* 27(3): 471– 88.

Buzan, B. 2004. F*rom International to World Society? The English School Theory and the Social Structure of Globalisation*. Cambridge: Cambridge UP,

Carlsnaes, W. 1993. "On Analysing the Dynamics of Foreign Policy Change: A Critique and Reconceptualization." *Cooperation and Conflict* 28:5-30.

Carlsnaes, W. 1994. "In lieu of a Conclusion: Compatibility and the Agency-Structure Issue." In *Foreign Policy Analysis. European Foreign Policy: The EC and Changing Perspectives in Europe* edited by W. Carlsnaes and S. Smith, 274-

Carvalho, B. e Leira, H. e Hobson, J. 2011. "The myths that your teachers still tell you about 1648 and 1919." *Millennium: Journal of International Studies* 39(3): 735-758.

Cervo, Amado. 2008. *Inserção Internacional. Formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Editora Saraiva,

Chillaud, Matthieu. 2009. "International Relations in France: The "Usual Sus-

pects" in a French Scientific Field of Study?" *European Political Science* 8: 239-253.

Dunne, T. 1998. *Inventing International Society: A History of the English School*. Basingstoke: Macmillan.

Duroselle, Jean-Baptiste. 1952. "L'Étude des Relations Internationales: Objet, Méthode, Perspectives." *Revue Française de Science Politique* 3(2): 676-701.

Duroselle, Jean-Baptiste. 1992. *Tout Empire Périra: Théorie des Relations Internationales*. Paris: Armand Colin.

Friedrichs, J. 2001. "International Relations Theory in France." *Journal of International Relations and Development* 4 (2): 118-137.

Friedrichs, J. 2004. *A House With Many Mansions: European Approaches to International Relations Theory*. London: Routledge.

Friedrichs, J. 2006. "The Nordic countries." In *International Relations in Europe*, edited by Jørgensen K. e Knudsen, T., 125-147. London: Routledge.

Giesen, Klaus-Gerd. 2006. "France and other Frenchspeaking countries (1945-1994)." In *International Relations in Europe: Traditions, Perspectives and Destinations* edited by 19-46. London: Routledge.

Giles, M. W., Garand, J. C. 2007. "Ranking Political Science Journals: Reputational and Citational Approaches." *PS: Political Science and Politics* 40:741-751.

Grosser, Alfred. 1956. "L'étude des relations internationales, spécialité Americaine?" *Revue Française de Science Politique* 6 (3):634-51.

Guilhot, N. 2008. "The Realist Gambit: Postwar American Political Science and the Birth of IR Theory." *International Political Sociology* 4 (2): 281–304.

Guilhot, Nicolas. 2011. *The Invention of International Relations Theory: Realism, the Rockefeller Foundation, and the 1954 Conference on Theory*. New York: Columbia University Press.

Guilhot, Nicolas. 2017a. " 'The French Connection'. Éléments pour une histoire des relations internationales en France." *Revue française de science politique* 1(67):43-67.

Guilhot, Nicolas. 2017b. *After the Enlightenment. Political Realism and International Relations in the Mid-20th Century*. Cambridge: Cambridge University Press.

Gustavsson, J. 1999. "How Should We Study Foreign Policy Change?" *Cooperation and Conflict* 34 (1): 73–95.

Hellmann, G. (1994). "Für eine problemorientierte Grundlagenforschung: Kritik und Perspektiven der Disziplin "Internationale Beziehungen" in Deutschland", *Zeitschrift Für Internationale Beziehungen* 1 (1): 65–90.

Hellmann, G. 2009. "Pragmatism in International Relations." *International Stud-*

ies Review 11(3): 638 -662.

Hellmann, G. 2014. "Methodological Transnationalism-Europe's Offering to Global IR?" *European Review of International Studies*, 1 (1): 25-37.

Hellmann, G. ed. 2003. "Symposium: Dialogue and synthesis in individual scholarship and collective inquiry." *International Studies Review* 5(1): 123–150.

Hobson, J. M. 2012. *The Eurocentric conception of world politics: Western international theory, 1760–2010. N*ew York: Cambridge University Press.

Hoffmann, S. 1977. "An American Social Science: International Relations." *Daedalus* 106: 41– 60.

Hoffmann, Stanley. 1977. "An American Social Science: International Relations." *Daedalus* 106 (3): 41-60.

Holsti, K. J. 1985. *The Dividing Discipline: Hegemony and Diversity in International Theory.* Winchester: Allen & Unwin .

Humrich, C. 2006. "Germany." In *International Relations in Europe*, edited by Jørgensen K. e Knudsen, T., 72-98. London: Routledge.

Jackson, P. 2008. "Pierre Bourdieu, the "Cultural Turn" and the Practice of International History." *Review of International Studies* 34 (1): 155–81.

Jönsson, C. 1993. "International Politics: Scandinavian Identity amidst American Hegemony?" *Scandinavian Political Studies* 16 (2): 149–65.

Jørgensen, K. e Knudsen, T. ed. 2006. I*nternational Relations in Europe: Traditions, Perspectives and Destinations*. London: Routledge.

Jørgensen, K. E. 2015. "Discursively (de-)constructing European foreign policy: Theoretical and methodological challenges." *Cooperation and Conflict* 50(4):492–509.

Jørgensen, K. E. e Aarstad, A. K. e Drieskens, E. e Laatikainen, K. e E Tonra, B. eds. (2015), *The SAGE handbook of European foreign policy*. London, SAGE.

Jørgensen, Knudsen 2006. "Introduction." In I*nternational Relations in Europe*, edited by Jørgensen K. e Knudsen, T., 1-16. London: Routledge.

Kahler, M. 1997. "Inventing International Relations: International Relations Theory after 1945." In *New Thinking in International Relations Theory*, edited by Doyle M. and Ikenberry, J., 20-53. Boulder: Westview Press.

Kristensen Peter M. 2013. "Revisiting the "American Social Science"- Mapping the Geography of International Relations." *International Studies Perspectives* 1-24.

Lake, D. 2011. "Why 'isms' are evil: Theory, epistemology, and academic sects as impediments to understanding and progress." *International Studies Quarterly* 55(2): 465-480.

Larsen, H. 2009. "A Distinct FPA for Europe? Toward a Comprehensive Frame-

work for Analysing the Foreign Policy of EU Member States." *European Journal of International Relations* 15 (3): 537–566.

Lawson, G. 2014. "Rethinking benchmark dates in international relations." *European Journal of International Relations* 20(2): 437–462.

Linklater, Andrew; Suganami, Hidemi. 2006. *The English School of International Relations: a contemporary reassessment*. Cambridge: Cambridge University Press.

Maliniak, Daniel e Peterson, Susan e Powers, Ryan e Tierney, M. J. 2018. "Is International Relations a Global Discipline? Hegemony, Insularity, and Diversity in the Field." *Security Studies* 27(3): 448-484.

Maliniak, Daniel, Susan Peterson, Ryan Powers, Michael J. Tierney. 2012. *TRIP Around The World: Teaching, Research, and Policy Views of International Relations Faculty in 20 Countries*. Williamsburg, VA: Institute for the Theory and Practice of International Relations.

Maliniak, Daniel, Susan Peterson, Ryan Powers, Michael J. Tierney. 2014. *TRIP 2014 Faculty Survey Report*. Williamsburg, VA: Institute for the Theory and Practice of International Relations. https://trip.wm.edu/reports/2014/rp_2014/.

Mellander, M. e Mouritzen, H. 2016. "Learning to assert themselves: Small states in asymmetrical dyads–two Scandinavian dogs barking at the Russian bear." *Cooperation and Conflict* 51(4): 447–466.

Mendes, P. E. 2012. "A (re) invenção das Relações Internacionais na viragem do século: o desafio do construtivismo". Relações Internacionais, nº 36, IPRI-UNL, pp. 105-118.

Mendes, P. E. 2014."As relações internacionais como ciência social: dialética entre história e teoria". In F. Sousa e P. Mendes (eds.), Dicionário das Relações Internacionais, Porto, Afrontamento, pp. xvi-xxxvi.

Mendes, P.E. 2019. "As teorias principais das Relações Internacionais: uma avaliação do progresso da disciplina". Relações Internacionais, nº 61, pp. 95-122.

Mendes, P.E. 2020. "R(r)elações I(i)nternacionais, Realismo e Análise da Política Externa (APE): contextualizando a invenção da APE". Estudos Internacionais, (in press)

Merle, Marcel. 1986. *Les Acteurs dans les Relations Internationales*. Paris: Economica.

Merle, Marcel. 1982. *Sociologie des Relations Internationales*. Paris: Dalloz.

Morgenthau, Hans J. 1948. *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. New York: Knopf.

Neumann, Iver B. e Wæver, Ole. 2005. *The Future of International Relations Mas-*

ters in the Making? London. Routledge.

Olson, William e Groom, A.J.R. 1991. *International relations then and now: Origins and trends in interpretation*. London: Harper Collins,

Olson, William, and Onuf, Nicholas. 1985. "The Growth of a Discipline: Reviewed." In *International Relations: British and American Perspectives*, edited by Steve Smith. Oxford: Basil Blackwell.

Pouliot, V. 2008. "The logic of practicality: a theory of practice of security communities." *International Organization* 62 (2): 257–288.

Renouvin, Pierre e Jean-Baptiste Duroselle. 1991. *Introduction à l'histoire des relations internationales*. Paris: Armand Colin.

Schmidt, B. 2013. "On the history and historiography of International Relations." In *Handbook of International Relations*, edited by Carlsnaes W., Risse, T; Simmons, BA, 3–28. Thousand Oaks: SAGE.

Schmidt, B.C. 1998. *The Political Discourse of Anarchy: A Disciplinary History of International Relations*. Albany: State University of New York Press.

Schmidt, B.C. 2008. "Political Science and the American Empire: A Disciplinary History of the 'Politics' Section and the Discourse of Imperialism and Colonialism." *International Politics* 45 (6): 675–87.

Schmidt, Brian C. e Guilhot, Nicolas. eds. 2019. *Historiographical Investigations in International Relations*. London: Palgrave Macmillan.

Smith, S. 1995. "The self-image of a discipline: A genealogy of international relations theory." In *International relations theory today* edited by K. Booth e S. Smith,1–37. Cambridge: Polity.

Smouts, Marie-Claude. 1987. "The Study of International Relations in France", *Millennium. Journal of International Studies* 16 (2): 281-286.

Vigezzi, Brunello. 2005. *The British Committee on the Theory of International Politics (1954-1985): The Rediscovery of History*. Milano: Edizioni Unicopli.

Villa, Rafael A. e Pimenta, Marilia S. 2017 "Is International Relations still an American social science discipline in Latin America?" *Opinião Pública* 23(1):261-288.

Vitalis, R. 2005. "Birth of a Discipline". In *Imperialism and Internationalism in the Discipline of International Relations* edited by D. Long e B. Schmidt, 159–81. Albany: State University of New York Press.

Wæver, O. 1998. "The Sociology of a Not So International Discipline: American and European Developments in International Relations." *International Organization* 52(4): 687–727.

Wæver, O. 2013. "Still a discipline after all these debates?" In *International relations theories: Discipline and diversity* edited by T. Dunne e M. Kurki, e S. Smith, (2d ed.) 306–328. Oxford: Oxford University Press.

Wæver, O. e Tickner, A. B. 2009. "Introduction: Geocultural epistemologies." In *International Relations Scholarship Around The World*, edited by A. B. Tickner e O. Wæver. London: Routledge.

Waever, Ole. 1994. "Resisting the Temptation of Post Foreign Policy Analysis." In *European Foreign Policy. The Changing Perspective in Europe*, edited by Carlsnaes, Walter and Smith, Steve, 238-273. London: SAGE.

Wemheuer-Vogelaar, Wiebke e Bell, N. J. e Morales, M. N., Michael J. e Tierney, M. J. 2016. "The IR of the Beholder: Examining Global IR Using the 2014 TRIP Survey." *International Studies Review* 18 (1) 1:6–32.

Wemheuer-Vogelaar, Wiebke e Risse, Thomas (2018) "International Relations Scholars in Germany: Young, Internationalised, and Non-Paradigmatic." *German Politics* 27(1): 89-112.

Wheeler, N. 1992. "Pluralist or Solidarist Conceptions of International Society." *Millennium* 21 (3): 463–87.

Wight, M. 1991. *International Theory: The Three Traditions*, ed. G. Wight and B. Porter. Leicester: Leicester University Press.

Zimmern, A. ed. 1939. *L'Ensignement Universitaire des Relations Internationales*. Paris: Institut International de Cooperation Intellectuelle.

Zürn, M. 1994. "We Can Do Much Better! Aber muss es auf Amerikanisch sein? Zum Vergleich der Disziplin "Internationale Beziehungen" in den USA und in Deutschland." *Zeitschrift für Internationale Beziehungen* 1 (2): 91–114.

RESUMO

Este artigo faz uma contextualização da invenção das Relações Internacionais (RI) no mundo Anglo-americano e na Europa Continental. Apresenta uma síntese historiográfica dos principais marcos institucionais e científicos dos casos americano, inglês, nórdico, francês e alemão. Começa por apresentar os principais contextos e marcos político-académicos do nascimento e formação da disciplina, com destaque para os EUA. Em segundo lugar, aborda as evoluções europeias da disciplina de RI, destacando as escolas inglesa e nórdica. Finalmente, apresenta uma breve contextualização sobre a redescoberta e afirmação das RI na Europa Continental, identificando os principais marcos institucionais e científicos das escolas francesa e alemã.

PALAVRAS-CHAVE

Relações Internacionais; Escola Americana; Escolas Europeias.

Recebido em 10 de abril de 2019.
Aprovado em 11 de abril de 2019.